



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de galões de 5L e frascos de 500ml de álcool em gel a 70° e de frascos de 1 litro de álcool isopropílico 100%, na forma líquida

**IMPUGNANTE:** Alvotex Indústria e Comércio Ltda

## **1. RELATÓRIO**

*Alvotex Indústria e Comércio Ltda*, CNPJ 04.587.378/0001-94 apresentou **IMPUGNAÇÃO** ao Edital em epígrafe, requerendo, em síntese, a revisão das exigências editalícias relativas ao objeto dos lotes 1, 2 e 5 (álcool etílico hidratado 70° INPM em gel antisséptico para higienização das mãos), no que tange ao registro na ANVISA e ao prazo de validade.

A Secretaria de Material e Logística, unidade demandante do objeto deste Pregão, assim como a Secretaria de Saúde deste Regional, unidade técnica, manifestaram-se sobre as alegações da impugnante.

É o relatório.

## **2. ADMISSIBILIDADE**

### **2.1 – Tempestividade**

O art. 24 do Decreto 10.024/2019, regente da presente licitação, dispõe que “*Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do prego, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública*”.

No presente caso, a abertura das propostas foi designada para o dia 06/08/2021, às 13h00, e a impugnação foi apresentada por intermédio de correspondência eletrônica enviada no dia 02/08/2021, às 10:28hs, sendo, portanto, tempestiva.

## **3. MÉRITO**

Requer a impugnante a revisão das exigências constantes do instrumento convocatório, relativas ao item “álcool etílico hidratado 70° INPM em gel antisséptico para higienização das mãos”, no que se refere ao registro na ANVISA e ao prazo de validade.

Fundamentou seu pedido nos seguintes termos:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

*“Em sua referência , nos itens 5 e 6 – álcool etílico 70% apresentação gel é exigido registro na ANVISA e validade de 24 meses , o que me impede de competir.*

*Visto que devido a pandemia, a Anvisa criou uma Resolução de Diretoria Colegiada de nº 422/2020, onde autoriza a fabricação de álcool sem registro ou notificação, e com validade de 6 meses.*

*E com o que se espelha no direito a ampla concorrência, na busca pela melhor proposta, cabe ressaltar que qualquer empresa habilitada dentro do processo e de acordo com a legislação vigente estará apta a participar da competição.*

*Solicitamos assim, que seja realizada a retificação no termo de referência do referido edital” .*

Instada a se manifestar, a Secretaria de Material e Logística, unidade demandante, explicitou o seguinte:

*“A Resolução de Diretoria Colegiada Nº 422/2020 que definiu os critérios e os **procedimentos extraordinários e temporários para a fabricação e comercialização de preparações antissépticas e sanitizantes oficiais, sem prévia autorização da Anvisa e desde que possua validade máxima de 180 dias**, foi publicada com o objetivo de aumentar a oferta dos produtos no mercado para que a sociedade tivesse mais acesso a itens de proteção, em virtude da emergência de saúde pública internacional declarada em 2020. Ou seja, foi uma medida extraordinária que visou ampliar a proteção da população, todavia, não deixou de mencionar em seus dispositivos que as empresas que alcançassem a regularização de seu produto durante a vigência da norma poderiam ampliar o seu prazo de validade. Além disso, a ANVISA informou que foi priorizada a análise de solicitações referentes à Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) para indústrias e importadoras que realizam – ou pretendam realizar – atividades relacionadas a produtos destinados ao diagnóstico, à prevenção ou ao tratamento da pandemia do coronavírus.*

*Ocorre que, conforme exposto nos documentos do processo licitatório (epad 21440/21), o TRT3 precisa comprar o álcool etílico 70 com validade mínima de 24 meses para evitar o vencimento do produto antes de sua devida utilização pelas unidades da jurisdição, em face da imprevisibilidade e variação da demanda.*

*Na atual situação da pandemia, ainda não é possível precisar exatamente a qtd de álcool a ser distribuído para cada setor e o que será efetivamente utilizado ao longo do tempo, em razão da*



## **PODER JUDICIÁRIO**

### **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

*instabilidade do funcionamento presencial nas unidades do TRT3, bem como a imprevisibilidade do número de audiências semipresenciais/presenciais e número de servidores trabalhando in loco, números estes que estão variando de acordo com a população considerada grupo de risco, com os indicadores da pandemia de cada cidade, bem como outras diretrizes adotadas pelo TRT3. Portanto, se comprarmos álcool com validade de apenas 6 meses, é muito provável que ocorra desperdício deste material (vencimento do mesmo sem a utilização efetiva pelos servidores e jurisdicionados).*

*Desta forma, a necessidade de certificação da ANVISA foi exigida no edital exatamente porque o produto precisa ter um maior prazo de validade (mínimo de 24 meses) para que o TRT3 consiga formar um estoque considerado razoável para reposições imediatas nas unidades e ainda manter registrado um quantitativo adicional para aquisições futuras que se fizerem necessárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços”.*

Em complementação, a Secretaria de Saúde, unidade técnica, assim se manifestou:

*“Exatamente como exposto pela SML, o prazo de validade de 24 meses torna-se necessário diante da imprevisibilidade futura de funcionamento das unidades jurisdicionais, para evitar perda de materiais e desperdício de recursos públicos, já que nesse momento não é possível realizar uma estimativa precisa da utilização dos álcool em gel 70º pelas diversas unidades desse Regional, sendo o prazo de validade de 180 dias muito curto para essa finalidade. Além disso, o fornecimento desse material já encontra-se normalizado no mercado, não justificando a escolha de um produto que não seja previamente autorizado pela ANVISA, possibilitando a garantia de boas práticas sanitárias na sua produção e a escolha de um produto devidamente certificado, com o prazo de validade adequado ao uso por esse Regional”.*

Como se vê, as exigências de registro na ANVISA e prazo de validade de 24 meses para o “álcool etílico hidratado 70º INPM em gel antisséptico para higienização das mãos” se justificam, em razão da necessidade de se evitar prejuízos para a administração, com a eventual perda e desperdício de produtos com prazo de validade curta.

Ademais, como o fornecimento deste produto no mercado já se encontra normalizado e havendo inúmeras empresas aptas a fornecer o material, tais exigências, s.m.j., não têm o condão de atentar contra a competitividade do certame.

Desta forma, não há que se falar na alteração do edital, conforme requerido.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**4. CONCLUSÃO**

Ante o exposto, resolve a Pregoeira receber e conhecer da impugnação oferecida por *Alvotex Indústria e Comércio Ltda*, por tempestiva, e, no mérito, desprovê-la, nos termos da fundamentação supra, levando em consideração também os termos dos pareceres emitidos pelas unidades técnicas/demandantes, os quais adota em sua integralidade, fazendo parte deste *decisum*.

Mantida a data de abertura do certame.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2021.

**Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça**  
Pregoeira